

PKF AUDITORES INDEPENDENTES RIO DE JANEIRO



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE
VOLEIBOL - CBV

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO
DOS AUDITORES INDEPENDENTES

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL - CBV

CE-142/2019

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO
DOS AUDITORES INDEPENDENTES

	Páginas
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3-7
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	8-11
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
Balanços Patrimoniais	12-13
Demonstrações de Resultados	14
Demonstrações de Resultados Abrangentes	15
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	16
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	17
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	18-50

Prezados Senhores,

Em atendimento aos dispositivos legais vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da administração, as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores independentes, referentes às atividades da CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL - CBV elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

PERFORMANCE DO VOLEIBOL

Encerramos o ano de 2018 com todas as nossas metas alcançadas. Esse foi mais um ano de muito aprendizado, crescimento e felicidade para o voleibol brasileiro. Enfrentamos dificuldades, superamos obstáculos, e vivemos momentos de alegrias com bons resultados das nossas seleções e duplas espalhados pelos mais diversos cantos do mundo.

Entre as conquistas, tivemos a nossa base alcançando objetivos nas edições do Sul-Americano. As seleções sub-19 e sub-21 masculinas foram campeãs, assim como a equipe sub-20 feminina. Já o time sub-18, apesar de não ter conquistado o título, e ter ficado com uma honrosa medalha de bronze, manteve a regularidade de classificar o Brasil para o Campeonato Mundial de 2019 – onde estarão as nossas quatro seleções de base.

Nossas seleções adultas enfrentaram a enorme dificuldade de disputarem um Campeonato Mundial, onde se reúnem os melhores, onde se encara a cada partida o mais alto nível do voleibol. A seleção feminina chegou ao resultado que foi possível, ficando com a sétima colocação, e a equipe masculina brilhou, sendo vice-campeão.

Na praia, o ano de 2018 deu à dupla Agatha/Duda o título de campeã do Circuito Mundial e do World Tour Finals. Duda foi eleita a melhor jogadora do mundo e também se tornou a mais jovem a vencer o giro internacional.

Também tivemos novidades na gestão, especialmente através da atualização do Estatuto, atendendo as boas práticas de governança.

Neste ano recebemos, pelo quarto ano consecutivo, o Prêmio Sou do Esporte como uma das organizações esportivas mais alinhadas com os princípios de governança esportiva, algo que nos deixou muito satisfeitos. Também criamos o Conselho de Administração, realizamos Workshop de Vôlei de Praia, seminários de vôlei de quadra e tudo isso envolveu grandes nomes do voleibol brasileiro, além de treinadores estrangeiros que atuam nas nossas competições.

Seguimos cada vez mais fortes na busca por novos resultados dentro e fora de quadra. Agradecemos mais uma vez ao Banco do Brasil, patrocinador oficial do voleibol brasileiro, e a todos os parceiros que contribuem tanto para o desenvolvimento constante da nossa modalidade.

Para todo esse sucesso, contamos sempre com importantes parceiros, a quem agradecemos cada vez mais: Banco do Brasil, Asics, Cimed, Delta, Gol, Tudus, Sky, Travel Ace, Hotel Urbano, Mackenzie, Lapec, Cenoura e Bronze, Mikasa, Grupo Globo, Supermercado COCH, Coca Cola, Três Corações.

Abaixo nosso quadro de medalhas.

Seleções Feminina - ADULTA

Campeonatos	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Copa do Mundo						1					
Campeonato Mundial			2								
Jogos Olímpicos	1				1						
Jogos Pan-Americanos				1				2			
Copa dos Campeões		2									
Liga das Nações/Grand Prix	1	1	2	2	2	1	1	3	1	1	
Montreux Volley Master		1			1						
Sul-Americano	1										

Seleções Masculina - ADULTA

Campeonatos	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Copa do Mundo				3							
Campeonato Mundial			1								2
Jogos Olímpicos	2				2						
Jogos Pan-Americanos				1							
Copa dos Campeões		1									
Liga das Nações/Liga Mundial		1	1	2	2	2	2	2	2	2	
Copa América	2										
Sul-Americano	1										

Seleções de Praia - ADULTO

Campeonatos	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Jogos Olímpicos Masculino	2				2						
Jogos Olímpicos Feminino					3						
Campeonato Mundial Masculino		2	2			2					
Campeonato Mundial Feminino		2	3								
Circuito Mundial Masculino	1	1	2	1	1	2	2	2	1	1	
Circuito Mundial Feminino	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1	
Jogos Pan-Americanos Masculino											
Jogos Pan-Americanos Feminino											
Circuito Sul-Americano Masculino	3	1									
Circuito Sul-Americano Feminino	1	2									

Seleções de Quadra - BASE

Campeonatos	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Campeonato Mundial Feminino SUB-18		1									
Campeonato Mundial Masculino SUB-19						3					
Campeonato Mundial Feminino SUB-20		1									
Campeonato Mundial Masculino SUB-21											
Campeonato Mundial Feminino SUB-23											
Campeonato Mundial Masculino SUB-23	1										
Sul-Americano Feminino SUB-18											
Sul-Americano Masculino SUB-19	2		2								
Sul-Americano Feminino SUB-20	1										
Sul-Americano Masculino SUB-21	2										
Sul-Americano Feminino SUB-22											
Sul-Americano Masculino SUB-23											
Sul-Americano Feminino SUB-18											
Sul-Americano Masculino SUB-21											

Seleções de Praia - BASE

Campeonatos	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Jogos da Juventude Feminino											
Jogos da Juventude Masculino											
Mundial Feminino SUB-19											
Mundial Masculino SUB-19											
Mundial Feminino SUB-21											
Mundial Masculino SUB-21											
Mundial Feminino SUB-13											
Mundial Masculino SUB-13											
Mundial Masculino SUB-23											

GOVERNANÇA

Nosso compromisso é estabelecer processos e modelos de governança com aderência às melhores práticas do mercado, sendo reconhecidos como uma entidade que adota os procedimentos mais modernos do mundo corporativo e esportivo.

VISÃO E MISSÃO

Visão: Ser referência mundial como modelo de gestão com ênfase em formação, resultados, sustentabilidade e popularidade do voleibol.

Missão: Liderar o processo de desenvolvimento e disseminação do voleibol brasileiro junto às entidades em todo o território nacional e representar a modalidade com excelência em eventos internacionais.

CÓDIGO DE ETICA

As constantes mudanças ocorridas no cenário esportivo mundial ao longo das últimas décadas, estimulam a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL - CBV a manter atualizado seu código de ética, com objetivo de se adequar ao reconhecimento de novos comportamentos, valores, princípios e normas representativas da evolução da sociedade brasileira e à interação resultante do voleibol do Brasil, nos patamares mais elevados do esporte Mundial.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Brasil nos últimos anos vem enfrentando um momento de instabilidade econômica que está afetando diversos setores do país, e o esporte de forma direta com a efetiva queda de investimentos nas modalidades esportivas.

Reflexo deste cenário pode ser evidenciado com a redução de patrocínios oriundos de fontes privadas e públicas, especialmente após a realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

No caso específico do Voleibol brasileiro o cenário não é diferente, e a recessão também nos afetou, mas em meio às incertezas da economia conseguimos renovar os principais contratos de patrocínio que garantem a continuidade do Voleibol, com mais chances de conquistas de medalhas, para o próximo ciclo Olímpico (2017 – 2020).

Mesmo com a renovação dos contratos de patrocínio a Confederação teve que se adequar a uma nova realidade econômica, uma vez que os contratos sofreram reduções em seus valores. Diante desta nova configuração financeira a CBV adotou medidas de contingência para readequações de suas despesas.

Uma das principais ações da presidência foi adotar medidas dinâmicas focadas na gestão financeira para redução de custos, dentre elas a negociação com fornecedores com intuito de flexibilizar os prazos para pagamentos, adequação do quadro de pessoal, redução do espaço físico do escritório e conseqüentemente da despesa de aluguel, reavaliação dos custos das competições e inserção de projetos incentivados, captação de novos patrocinadores, dentre outras.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Liquidez Corrente	2018	2017	Memória de cálculo do índice
Ativo Circulante	27.977.329	19.329.164	O índice de Liquidez corrente é calculado pela divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante
Passivo Circulante	36.009.667	36.253.448	
Liquidez Corrente	0,78	0,53	Ativo Circulante / Passivo Circulante

Liquidez Imediata	2018	2017	Memória de cálculo do índice
Disponível	4.669.214	1.770.421	O índice de Liquidez imediata é calculado pela divisão do Disponível pelo Passivo Circulante
Passivo Circulante	36.009.667	36.253.448	
Liquidez Imediata	0,13	0,05	Disponível / Passivo Circulante

Receita operacional líquida	87.299.099	84.919.948
Custos	(47.283.005)	(60.920.553)
Superávit bruto	40.016.094	23.999.395
Despesas com pessoal e encargos	(17.790.160)	(17.788.622)
Despesas Gerais e Administrativas (depreciação/amortização)	(15.204.726)	(20.127.068)
EBITDA	7.021.208	(13.916.295)
(+) Adições		
Receita Financeira	127.974	743.139
(-) Subtrações		
Depreciação/amortização	(653.169)	(827.540)
Despesas Financeiras	(666.093)	(1.878.850)
Deficit/Superávit	5.829.920	(15.879.546)

Os reflexos das ações adotadas pela CBV em busca de redução de custo e otimização de recursos podem ser observados na recuperação dos índices de liquidez obtidos em 2018 em comparação ao exercício de 2017, assim como podemos observar uma recuperação do EBTIDA conforme quadro acima.

PERSPECTIVAS E ESTRATÉGIAS

Reconhecemos que 2019 ainda será um ano de desafios. Isso exigirá de nós cautela e austeridade, por meio de um planejamento criterioso e de uma execução precisa para alcançarmos o desempenho financeiro desejado. Estamos certos de que temos os alicerces necessários para nossa sustentação hoje, assim como o potencial para inovar que garantirão nosso sucesso em médio e longo prazos. A palavra-chave será, portanto, eficiência, sem abrir mão da nossa mobilização em favor do voleibol.


A administração da CBV reitera seu desejo de encarar os desafios de 2019 com serenidade, trabalhando cada vez mais para que o Brasil consolide sua posição de destaque no Voleibol mundial. Que 2019 seja mais um ano de sucesso para o voleibol brasileiro.

AGRADECIMENTOS

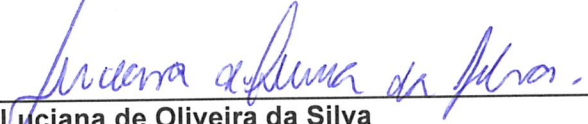
A Administração da CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL - CBV agradece a confiança e o apoio dos nossos atletas, federações, patrocinadores, fornecedores, instituições contábeis, órgãos governamentais e, em especial, a todos colaboradores por sua dedicação e trabalho de equipe.



Walter Pitombo Laranjeiras
Presidente



Radamés Lattari Filho
Diretor Executivo



Luciana de Oliveira da Silva
Contadora- CRC- RJ 096121

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL – CBV
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL - CBV** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL - CBV** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa N° 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Entidade apresenta índice de liquidez corrente de R\$ 0,78 e Patrimônio social negativo. A administração da entidade vem adotando uma série de medidas no intuito de reduzir custos e obter novas receitas para o exercício de 2019. As demonstrações financeiras da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações e, aportes adicionais de recursos oriundos de novos convênios poderão ser necessários para que a entidade continue operando. Conforme apresentado na nota explicativa n° 1.1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na respectiva nota explicativa, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade operacional da Entidade. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Parágrafo de ênfase

Chamamos a atenção para as notas explicativas n° 8 e n° 37 às demonstrações contábeis, que descrevem que a Entidade mantém transações em montantes significativos com as Federações nas condições nela descrita. Dessa forma, essas demonstrações contábeis

devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria de valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Entidade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram por nós auditadas e emitimos relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis datadas de 28 de fevereiro de 2018, com ressalva referente a não apresentação, até o término de nossos trabalhos em campo, da documentação suporte para as despesas com apoio às Federações. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às entidades sem finalidade de lucro, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro

de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis ou atividades de negócio da Entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2019



PKF AUDITORES INDEPENDENTES RIO DE JANEIRO
CRC N° RJ 007468/O-0

Luiz Carlos de Carvalho
Contador
CRC N° 1SP197193/O-6 T-RJ

**BALANÇO PATRIMONIAL EM
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em reais)**

	Nota	2018	2017
Ativos			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.200.888	922.313
Recursos de convênios	6	2.468.326	848.108
Contas a receber	7	19.649.750	15.877.765
Federações nacionais	8	619.983	95.726
Federações internacionais		304.186	2.196
Clubes nacionais		10.750	39.000
Estoque Material Esportivo	9	2.013.741	1.084.750
Adiantamentos diversos	10	231.133	154.091
Impostos a recuperar	11	26.503	72.696
Despesas antecipadas	12	452.069	232.519
Total do Ativo Circulante		27.977.329	19.329.164
Depósitos Judiciais		135.545	135.545
Investimento		-	3.850
Imobilizado	13	3.349.773	3.827.126
Intangível		200.593	200.593
Total do Ativo Não Circulante		3.685.911	4.167.114
Total do ativo		31.663.240	23.496.278

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL – CBV

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em reais)

	Nota	2018	2017
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Fornecedores	14	3.967.547	4.080.998
Convênios	15	2.100.956	1.107.988
Estoque de material esportivo	9	2.013.741	1.084.750
Receitas a apropriar	16	19.795.558	16.875.288
Encargos e impostos a recolher	17	976.476	3.262.504
Provisões com pessoal	18	1.339.195	1.914.711
Provisões de despesas	19	4.751.351	4.982.795
Clubes nacionais		-	50.000
Rescisões a pagar	20	696.345	
Contas a pagar		223.311	651.183
Empréstimos e financiamentos	21	-	2.113.231
Empréstimo mútuo	22	145.187	130.000
Total do Passivo Circulante		36.009.667	36.253.448
Não Circulante			
Provisão para contingências	23	58.139	58.139
Contas a pagar		84.815	288.370
Rescisões a pagar	20	2.785.378	
Total do Passivo não Circulante		2.928.332	346.509
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	24	1.000	1.000
Reserva de capital		539.901	539.901
(Déficit)/Superávit acumulado		(7.815.660)	(13.644.580)
Total do Patrimônio Líquido		(7.274.759)	(13.103.679)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		31.663.240	23.496.278

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL - CBV

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em reais)

	Nota	2018	2017
Contribuições		3.230	3.140
Inscrições de atletas/profissionais/clubes		838.327	752.097
Transferências e cessões temporárias	25	1.748.754	1.826.625
Taxa de Franquias	26	488.788	39.767
Rendas de jogos – bilheteria	27	2.739.845	4.891.938
Taxas e multas disciplinares		4.750	27.233
Premiações	28	2.477.070	6.150.639
Receitas ordinárias		8.300.764	13.691.439
Receita de patrocínios	29	63.380.071	54.394.964
Direitos de transmissão	30	2.059.052	2.570.000
Receita de convênios	31	11.997.092	12.231.915
Outras receitas	32	1.562.120	2.031.630
Receitas extraordinárias		78.998.335	71.228.509
Receita bruta		87.299.099	84.919.948
Despesas Operacionais			
Custos com pessoas de apoio/atletas e comissão técnica	33	(12.655.247)	(16.319.529)
Despesas com Transportes	34	(11.390.136)	(12.487.748)
Despesas com premiação a atletas	35	(10.843.460)	(14.297.741)
Despesas com Locação	36	(3.959.862)	(3.988.753)
Custos com federações	37	(1.578.508)	(1.648.874)
Despesas operacionais – Outros custos	38	(6.855.792)	(12.177.908)
Despesas operacionais		(47.283.005)	(60.920.553)
Despesas Administrativas			
Despesa com pessoal	39	(14.386.177)	(13.113.824)
Despesas com Encargos sociais	40	(3.403.983)	(4.674.798)
Despesas com serviços contratados	41	(2.384.937)	(3.109.890)
Despesas de localização e funcionamento	42	(2.750.965)	(3.554.709)
Despesas com propaganda e publicidade	43	(3.429.816)	(3.133.361)
Despesas com Federações	37	(1.296.787)	(1.654.283)
Outras despesas administrativas	44	(5.995.390)	(9.502.363)
Despesas administrativas		(33.648.055)	(38.743.228)
Resultado antes do Resultado Financeiro		6.368.039	(14.743.833)
Receitas financeiras	45	127.974	743.139
Despesas financeiras	45	(666.093)	(1.878.850)
Receita Financeira Líquida		(538.119)	(1.135.711)
Resultado Líquido do Exercício		5.829.920	(15.879.544)

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL - CBV

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em reais)

	2018	2017
(Déficit) Superávit líquido do exercício	5.829.920	(15.879.544)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	5.829.920	(15.879.544)

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL – CBV

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em reais)

	Patrimônio Social	Reserva de Capital	Superávit/ Déficit Acumulado	Superávit/ Déficit do Exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.000	539.901	2.234.964	-	2.775.865
Déficit líquido do exercício	-	-		(15.879.544)	(15.879.544)
Incorporação do Superávit líquido do exercício	-	-	(15.879.544)	15.879.544	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.000	539.901	(13.644.580)	-	(13.103.679)
Superávit líquido do exercício	-	-	-	5.829.920	5.829.920
Incorporação do Superávit líquido do exercício	-	-	5.829.920	(5.829.920)	-
Baixa de título	-	-	(1.000)	-	(1.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.000	538.901	(7.815.660)	-	(7.274.759)

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL - CBV

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em reais)

	2018	2017
ATIVIDADE OPERACIONAL		
(Déficit) / Superávit do exercício	5.829.920	(15.879.544)
Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação	653.169	827.538
Juros a pagar sobre empréstimos	18.337	38.009
Provisões de despesas e contingências	(231.444)	3.582.363
Baixa de título	(1.000)	-
Superávit (déficit) do exercício ajustado	6.268.982	(11.431.634)
(Aumento) Redução dos Ativos:		
Recursos de convênios	(1.620.218)	6.658.751
Contas a receber (Federações e clubes)	(3.771.985)	2.452.440
Partes relacionadas (Federações e Clubes)	(797.997)	-
Adiantamentos diversos	(77.042)	534.432
Impostos e contribuições	46.194	(7.371)
Outros ativos	3.850	-
Despesas antecipadas	(219.550)	1.116.171
Aumento (Redução) dos Passivos:		
Fornecedores	(113.452)	2.045.615
Convênios	992.968	(6.143.981)
Receitas a apropriar	2.920.270	(278.799)
Encargos e impostos a recolher	(2.286.028)	1.914.344
Partes relacionadas (Federações e Clubes)	(50.000)	-
Provisões com pessoal	2.906.207	(219.729)
Contas a pagar	(631.427)	243.525
FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO PELA ATIVIDADE OPERACIONAL	3.570.771	(3.116.236)
Atividades de Investimento		
Aquisição de Ativo Imobilizado	(175.815)	(153.616)
FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO PELA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO	(175.815)	(153.616)
Atividades de Financiamento		
Empréstimos e financiamentos	(2.113.231)	2.075.222
Empréstimo mútuo	(3.150)	130.000
FLUXO DE CAIXA GERADO PELA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO	(2.116.381)	2.205.222
Realização Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.278.575)	(1.064.630)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	922.313	1.986.943
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	2.200.888	922.313

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL – CBV

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Confederação Brasileira de Voleibol, designada pela sigla CBV, filiada à Federação Internacional de Voleibol, FIVB e ao Comitê Olímpico Brasileiro, COB, fundada em 16 de agosto de 1954 e regulamentada pelo Decreto nº 36.786 de 18 de janeiro de 1955, é uma associação de fins não econômicos, de caráter desportivo, constituída pelas entidades filiadas de administração do voleibol. Situada Avenida Ministro Salgado Filho, 7000 - Barra Nova, Saquarema – Rio de Janeiro.

A Confederação Brasileira de Voleibol - CBV tem por finalidade administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar em todo país a prática do voleibol, assim como representar o voleibol brasileiro nas competições nacionais e internacionais.

A Confederação Brasileira de Voleibol - CBV encarrega-se de todo o trabalho técnico e logístico relacionado à realização dos campeonatos de voleibol em seu calendário oficial. Pelo menos uma vez por ano, cada estado recebe uma competição oficial organizada por ela. Além disso, é sua tarefa supervisionar todas as atividades das seleções brasileiras de voleibol de quadra masculinas e femininas, nas categorias adultas, juvenis, infanto-juvenis e infantis, bem como as atividades das seleções brasileiras de voleibol de praia, nas categorias adultas, sub-21 e sub-19.

A Confederação Brasileira de Voleibol - CBV opera apenas no Brasil, com representação em todo o território nacional através das Federações que lhes são filiadas, tanto no âmbito do voleibol de quadra como de praia. Fora do país, a CBV participa de competições representando o Brasil na modalidade Voleibol.

1.1 - Desempenho econômico-financeiro

Em meio às incertezas que passamos na economia brasileira, a CBV conseguiu renovar os principais contratos de patrocínio que garantem a continuidade do Voleibol para o próximo ciclo Olímpico (2017 – 2020).

Todavia, mesmo com a renovação dos contratos de patrocínio a Confederação teve que se adequar a uma nova realidade econômica, uma vez que os contratos sofreram reduções significativas em seus valores. Diante desta nova configuração financeira a CBV adotou medidas de contingência para readequações de suas despesas e efetiva redução de custos; renegociação com fornecedores com intuito de flexibilizar os prazos para pagamentos; adequação do quadro de pessoal; redução do espaço físico do escritório e conseqüentemente da despesa de aluguel; reavaliação dos custos das competições e inserção de projetos incentivados, equilibrando desta forma o orçamento para o exercício de 2018.

As previsões e projeções indicam o Voleibol brasileiro como um produto de grande aceitação no mercado, face os resultados obtidos nos últimos anos, além da enorme visibilidade. As possíveis variações na efetivação dos negócios, mostram que seremos capazes de gerar fluxo de caixa positivo por conta própria, a curto e médio prazo previsível.

Cumpramos ressaltar que a CBV elaborou orçamento para o ano de 2019 sendo extremamente conservadora com os valores das Receitas, bem como foi detalhadamente criteriosa com os valores das Despesas. Desta forma, o orçamento foi apresentado e aprovado pela administração para a Diretoria, tendo sido aprovado pela mesma e, ato contínuo, será submetido ao Conselho Fiscal para aprovação no mês de março de 2019 por ocasião da AGO.

Continuidade Operacional

Com base nas operações ora em curso, a administração entende e acredita que a empresa está bem posicionada para gerenciar seus riscos do negócio com muito sucesso. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Entidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração da Entidade, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que levam em consideração, quando aplicáveis, a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis as entidades sem fins lucrativos.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2019.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Entidade estão apresentadas na nota explicativa nº 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

b. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

b. Instrumentos Financeiros

i. Ativos Financeiros Não Derivativos – Reconhecimento e Desreconhecimento

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

ii. Ativos Financeiros Não Derivativos – Mensuração

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, recebíveis e outras contas são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem o Contas a Receber.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem as aplicações contábeis e contas a receber.

iii. **Redução ao Valor Recuperável**

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa exceder o seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Entidade em condições que a mesma não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um investimento em instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução do valor recuperável.

iv. **Passivos Financeiros Não Derivativos – Reconhecimento e Mensuração**

A Entidade reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

A Entidade possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos e contas a pagar.

c. **Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações contábeis com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, as quais estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São classificados como instrumentos financeiros destinados à negociação e estão registrados pelo valor do custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao valor justo do instrumento.

d. Federações Nacionais

São entidades estaduais de administração do Voleibol, as transações contábeis com as Federações Nacionais estão apresentadas no ativo e no passivo conforme os saldos credores e devedores.

e. Despesas Antecipadas

Estão registradas no ativo circulante, sendo apropriadas mensalmente ao resultado, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros e serviços (Nota Explicativa nº 12).

f. Recursos de Patrocínios

São apropriados ao resultado por regime de competência em contrapartida ao "Contas a receber".

g. Investimentos

Demonstrados ao custo de aquisição.

h. Imobilizado

Demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear (Nota Explicativa nº 13) e leva em consideração o tempo de vida útil real dos bens com os respectivos valores residuais. A vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário.

A Administração, em seu julgamento entende que os principais ativos não sofreram significativas variações de preço desde a data da aquisição e/ou formação e ainda, que as taxas admitidas para a depreciação representam adequadamente o tempo de vida útil-econômica esperada para os bens do ativo.

O imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda, eventual perda ou ganho resultante da baixa do ativo são registrados no resultado e apresentado na demonstração do resultado, no exercício em que o bem é baixado.

i. Redução ao Valor Recuperável (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais, quando incorridas.

j. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos irá ocorrer para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos externos.

k. Reconhecimento de Receitas e Custos Operacionais

A Entidade reconhece as suas receitas quando:

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções;

O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;

É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Entidade; e os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

l. Receitas oriundas de recursos de convênios

As Receitas oriundas de recursos de convênios firmados com entidades Governamentais no âmbito Federal, Estadual ou Municipal são registrados no contas a receber em contrapartida a conta de recebimento de convênios (no passivo circulante) e são apropriadas ao resultado (receita) à medida que são incorridas as despesas relacionadas aos respectivos convênios. Ao final do projeto caso haja saldo não utilizado, o mesmo é devolvido ao órgão concedente.

m. Novas Normas e Interpretações ainda Não Efetivas

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2018 e não foram adotados antecipadamente:

i. IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)

A norma IFRS 16/ CPC 06 (R2) é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de

arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- i) Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
- ii) Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

Durante o exercício de 2018, a Entidade avaliou os potenciais impactos em suas demonstrações contábeis decorrentes da adoção inicial da norma CPC 06 (R2) *IFRS 16*.

Dos contratos que foram escopo da norma, a Administração da Entidade considerou como componente de arrendamento o valor do aluguel para fins de avaliação do passivo.

Em 1º de janeiro de 2019, a mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis, nos quais consideramos as renovatórias de acordo com a política interna da Entidade, cujo prazo ocorre normalmente um ano antes do vencimento do contrato quando identificamos a “razoável certeza” da renovação.

Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa real de desconto. A taxa real de desconto corresponde às cotações de mercado (referência em % CDI acumulado em 1º de janeiro de 2019, líquido da inflação de 2018).

A Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto real única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes. A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. A Administração da Entidade optou por utilizar o expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração inicial do ativo de direito de uso, com isso mantendo o mesmo valor do passivo inicial de arrendamento.

Impactos na adoção inicial

Na avaliação realizada pela Administração da Entidade, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas com ocupação passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. A Entidade espera com a adoção da norma CPC 06 (R2)/*IFRS16* os seguintes impactos:

Em 1º de janeiro de 2019, a Administração da Companhia reconhecerá um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento ao valor presente de R\$ 1.637.860 (nota explicativa nº 49).

5. **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2018	2017
Caixa e banco	183.783	49.718
Aplicações financeiras CDB (i)	2.017.105	872.595
	2.200.888	922.313

Incluem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras são de curto prazo, classificadas a valor justo por meio de resultado e possuem em carteira papéis de bancos de primeira linha com liquidez diária, isto é, prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras representam, basicamente, valores investidos em títulos de renda fixa administrados pelo Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica Federal e são lastreadas principalmente em títulos privados (Certificado de Depósitos Bancários - CDB), emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano de 2018 de aproximadamente 100% do DI CETIP (CDI) e fundo com liquidez diária que é composto por cotas de FI que aplica em títulos de renda fixa públicos e privados, no mínimo, 95% da carteira é aplicada em ativos financeiros que acompanhem direta ou indiretamente as variações do CDI, possui baixa automática inteligente.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, com base nas taxas futuras de papéis similares.

6. **RECURSOS DE CONVÊNIOS**

	2018	2017
Bancos (i)	85.191	303.476
Aplicações financeiras (ii)	2.383.135	544.632
	2.468.326	848.108

(i) Representam a disponibilidade dos recursos restritos, recebidos por meio de termos de convênios e projetos incentivados firmados com o Governo Federal e

oriundos da Lei Agnelo Piva, que são utilizados para uso exclusivo da execução do plano de trabalho dos respectivos convênios/projetos; e

(ii) As aplicações financeiras representam recursos restritos referente aos convênios/projetos incentivados, basicamente, valores investidos em fundos que investem, preferencialmente, em títulos de renda fixa públicos, estes fundos são lastreados em pelo menos 70% de títulos federais com liquidez diária e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

7. **CONTAS A RECEBER**

As contas a receber estão representadas substancialmente pelos valores relativos aos contratos de patrocínios e direito de transmissão de competições, que são contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida, a qual será realizada nos próximos três meses.

	2018	2017
Banco do Brasil S.A.	14.386.775	14.000.000
XYZ Associados Publicidade e Comunicação	1.450.000	680.000
CIMED Industria de Medicamentos Ltda.	2.683.344	-
Globosat Programadora Ltda.	1.039.543	9.360
COB – Comitê Olímpico Brasileiro	-	571.749
Gatorade	-	500.000
Cenoura & Bronze	-	100.000
Outras contas a receber	247.521	241.793
	19.807.183	16.102.902
(-) Provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa	(157.433)	(225.137)
	19.649.750	15.877.765

Composição dos recebíveis por idade de vencimento:

	2018
Vincendos	19.614.375
Vencidos até 30 dias	-
Vencidos até 90 dias	35.376
Vencidos até 365 dias	15.687
Vencidos a mais de 365 dias	141.745
	19.807.183

A Empresa reconhece as perdas com créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas.

Movimentação das perdas com créditos de liquidação duvidosa no exercício:

	31/12/2018
Em 31 de dezembro de 2017	(225.137)
Reversão	67.704
Em 31 de dezembro de 2018	(157.433)

8. FEDERAÇÕES NACIONAIS

	2018	2017
FED. ACREANA	148	-
FED. ALAGOANA	20.008	693
FED. AMAZONENSE	7.121	1.076
FED. AMAPAENSE	21.297	-
FED. BAHIANA	10.000	-
FED. DE VOLEI DO DISTRITO FEDERAL	62.360	5.000
FED. CATARINENSE	5.009	-
FED. CEARENSE	23.079	-
FED. ESPIRITO-SANTENSE	5.000	-
FED. GAUCHA	5.000	10
FED. GOIANA	56.899	-
FED. MARANHENSE	50.000	75.154
FED. MATO-GROSSENSE	958	-
FED. MATO GROSSO DO SUL	64.918	-
FED. MINEIRA	29.000	-
FED. NORTE RIOGRANDENSE	5.100	-
FED. PARAENSE	15.228	-
FED. PARAIBANA	10.408	-
FED. PARANAENSE	63.179	-
FED. PERNAMBUCANA	162	-
FED. PIAUIENSE	5.804	-
FED. RONDONIENSE	53.032	98
FED. RORAIMENSE	30.825	20
FED. TOCANTINENSE	35.641	-
FED. RIO DE JANEIRO	29.276	12.226
FED. PAULISTA	5.358	-
FED. SERGIPANA	5.173	1.449
	619.983	95.726

9. ESTOQUE MATERIAL ESPORTIVO

	2018	2017
Estoque de material esportivo	2.013.741	1.084.750
	2.013.741	1.084.750

Nesta rubrica está registrado o recebimento gratuito de material esportivo de alto padrão fornecido por nossos patrocinadores, com exclusividade, destinado à utilização obrigatória em jogos, treinamentos, desfiles, viagens, dentre outros eventos pelas Seleções Brasileiras de Voleibol de Quadra, infanto-juvenil, juvenil e adulta, masculina e feminina, e, equipes de Vôlei de Praia, indicadas pela CBV para representar o Brasil em qualquer competição, desde que seja permitido pela instituição organizadora da competição. A contrapartida contábil desta rubrica está registrada no passivo, sendo transferido ao resultado (receita e custo) à medida de sua utilização.

Em 14 de dezembro de 2016 a CBV fechou parceria com a Asics do Brasil Comercio de Artigos Esportivos Ltda. A japonesa Asics passou a ser a marca oficial da CBV para o próximo ciclo olímpico que culminará com os Jogos de Tóquio, em 2020.

10. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

	2018	2017
Adiantamentos a fornecedores	72.893	34.149
Adiantamentos a empregados	149.244	54.961
Adiantamentos para despesa de empregados	2.850	64.631
Adiantamentos para despesas de terceiros	6.146	350
	231.133	154.091

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	2018	2017
IRRF a recuperar	8.408	8.348
ISS a recuperar	11.700	64.348
INSS a recuperar	6.395	-
	26.503	72.696

12. DESPESAS ANTECIPADAS

Refere-se basicamente a despesas com plano de saúde, vale transporte e vale refeição, seguros e outras pequenas despesas que afetarão o exercício seguinte.

13. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação anual	Custo	Depreciação acumulada	2018 Saldo líquido	2017 Saldo líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4 e 25%	3.279.865	(1.540.890)	1.738.975	1.921.240
Móveis e utensílios	10%	1.356.813	(965.573)	391.240	461.610
Equipamentos esportivos	10%	1.551.707	(1.278.794)	272.913	351.572
Equipamentos de informática	20%	1.930.019	(1.622.104)	307.915	327.931
Máquinas e equipamentos	10%	1.237.019	(980.654)	256.365	322.365
Instalações	10%	419.673	(112.825)	306.848	348.391
Veículos	20%	339.427	(305.083)	34.344	47.960
Programas de computador	20%	585.601	(564.224)	21.377	25.113
Edificações	-	14.500	-	14.500	14.500
Equipamentos de comunicação	20%	67.119	(61.823)	5.296	6.444
		10.781.743	(7.431.970)	3.349.773	3.827.126

a) Movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2018

	Taxa de depreciação anual	31/12/17	Aquisição	Baixa	Depreciação	31/12/18
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4 e 25%	1.921.240	-	-	(182.264)	1.738.975
Móveis e utensílios	10%	461.610	-	-	(70.370)	391.240
Equipamentos esportivos	10%	351.572	-	-	(78.659)	272.913
Equipamentos de informática	20%	327.931	109.545	-	(129.562)	307.915
Máquinas e equipamentos	10%	322.365	56.303	-	(122.302)	256.365
Instalações	10%	348.391	-	-	(41.543)	306.848
Veículos	20%	47.960	-	-	(13.616)	34.344
Programas de computador	20%	25.113	9.967	-	(13.703)	21.377
Edificações	-	14.500	-	-	-	14.500
Equipamentos de comunicação	20%	6.446	-	-	(1.150)	5.296
		3.827.126	175.815	-	(653.169)	3.349.773

b) Movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2017

	Taxa de depreciação anual	31/12/16	Aquisição	Baixa	Depreciação	31/12/17
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4 e 25%	2.107.122	-	-	(185.882)	1.921.240
Móveis e utensílios	10%	526.213	13.929	-	(78.532)	461.610
Equipamentos esportivos	10%	451.737	-	-	(100.165)	351.572
Equipamentos de informática	20%	445.298	36.689	-	(154.056)	327.931
Máquinas e equipamentos	10%	400.487	102.998	-	(181.120)	322.365
Instalações	10%	389.934	-	-	(41.543)	348.391
Veículos	20%	107.847	-	-	(59.887)	47.960
Programas de computador	20%	49.667	-	-	(24.554)	25.113
Edificações	4%	14.500	-	-	-	14.500
Equipamentos de comunicação	20%	8.245	-	-	(1.799)	6.446
		4.501.048	153.616	-	(827.538)	3.827.126

14. FORNECEDORES

	2018	2017
FIVB	1.597.744	83.342
Totvs	22.983	873
Totvs Rio Software	-	-
Crouton Comércio e Serviços e Alimentação	111.845	225.856
Lach Locação e Eventos	10.275	76.652
Lapec Laboratorio de Anal	-	100.746
M.M Faleiros Montagens	-	333.116
VRG Linhas	-	189.148
Ibope Repucom	90.291	59.100
Instituto Viva Vôlei	399.744	216.408
Sportille Centro de Treinamento	30.195	193.314
Promotion Travel	12.638	119.022
Homenageart	14.857	60.994
Outros (i)	1.676.975	2.422.427
	3.967.547	4.080.998

(i) O saldo registrado em outros no montante de R\$ 1.676.975 (em 2017 R\$ 2.422.427) correspondem a valores pulverizados de diversos fornecedores.

15. CONVÊNIOS

Conforme demonstrado a seguir, em 2018 a Entidade captou em incentivos do Governo Federal e Estadual:

	2018	2017
Órgãos Governamentais		
Captação de recurso (i)	31.301.169	12.894.469
Aplicação de recurso	(29.200.213)	(11.786.481)
	2.100.956	1.107.988

(i) Os recursos captados através de convênio e termos de parcerias junto ao Governo Federal e Estadual, representam os seguintes projetos:

O montante líquido de R\$ 2.100.956 (R\$1.107.988 em 2017) refere-se ao saldo ainda não utilizado dos referidos recursos, os procedimentos relacionados à contabilização dos recursos acima foram efetuados de acordo o CPC nº 07 Subvenção e Assistência Governamentais.

Recursos captados:

Projeto Taça Sami/Potengi – Lei de Incentivo ao Esporte: Teve como objeto realizar a Taça Sami/Potengi Infantil masculino SUB 16 e Infantil feminino SUB 15, proporcionando o desenvolvimento da modalidade nas categorias de base. Sua prestação de contas final foi apresentada no final de março/2018, tendo o saldo remanescente em conta de movimentação sido devolvido. Apesar disto, possui saldo R\$ 54.248 em conta bloqueada e não temos autonomia para realizar a devolução desse saldo, visto que somente o Ministério do Esporte pode liberar recursos que constam em contas bancárias bloqueadas;

Convênio COB 2017 – Lei Agnelo Piva: Com objetivo de implementar ações/projetos para desenvolvimento e fomento da modalidade o Convênio COB 2017, apesar de ainda possuir saldo remanescente de R\$ 44.046, já teve a prestação de contas de todos os seus projetos apresentadas, no entanto, não podemos encerrar o respectivo projeto até o Comitê Olímpico do Brasil finalizar todas as análises e revisões das prestações de contas apresentadas por esta Confederação;

Convênio COB 2018 – Lei Agnelo Piva: Implementar ações/projetos que visam o desenvolvimento e fomento da modalidade. São contempladas despesas com pessoal do Centro de Desenvolvimento de voleibol- CDV, Remuneração de dirigentes, Equipes Técnicas Permanentes, Manutenção da Entidade (filial), assim como, alguns treinamentos e participações e/ou organização de eventos esportivos do Vôlei de Praia e Quadra, possui saldo de R\$ 536.133 em execução, o término da vigência está previsto em 31/03/2019;

Projeto CBVP OPEN 2018 – Lei de Incentivo ao Esporte: Tem como objeto realizar quatro etapas (Aracaju, Brasília, Vila Velha e Campo Grande) do Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia Open 2018, propiciando aos locais onde serão realizadas as etapas opções de lazer

a população e o desenvolvimento da modalidade, cujo o saldo remanescente de R\$ 24.318 será devolvido em fevereiro/2019.

Vigência: 11/04/2018 a 31/12/2018.

Projeto CBVP OPEN 2018 2º Semestre: O valor captado de R\$ 1.038.829 tem por objetivo realizar duas etapas do Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia OPEN 2018 2º Semestre (Fortaleza e São Luís) e duas etapas do Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia Challenger (Maringá e Rio de Janeiro), propiciando o desenvolvimento da modalidade, bem como a preparação dos atletas para as competições internacionais.

Vigência: 21/01/2019 a 31/08/2019.

16. RECEITAS A APROPRIAR

	2018	2017
Patrocínio	19.423.432	15.679.528
Direito de transmissão	-	1.019.510
Inscrições superliga	372.125	176.250
	19.795.558	16.875.288

Referem-se a patrocínio e inscrições em competições que serão realizadas no ano-calendário de 2019. Essas receitas, registradas em contrapartida a contas a receber, são apropriadas ao resultado de acordo com o período de realização das competições esportivas e pelo regime de competência.

17. ENCARGOS E IMPOSTOS A RECOLHER

	2018	2017
IRRF - Folha salário empregado	365.857	1.227.252
INSS - Folha salário empregado	223.822	247.375
IRRF - Autônomos	83.192	636.138
INSS – Autônomos	96.686	550.997
FGTS - Folha salário empregado	82.909	94.125
ISS retido pessoa jurídica	30.400	29.755
CSLL/Cofins/PIS (4,65% Lei 10.833/2003)	6.919	99.685
INSS - Cessão de mão de obra (Cod. 2631)	9.834	168.526
Pis Folha de pagamento	20.311	66.627
IRRF Pro Labore	23.966	70.976
IRRF - Pessoa jurídica (Cod. 1708 e 3280)	3.903	38.810
INSS Pro labore	12.244	4.276
Cofins (3% Lei 10.833/2003)	16.393	-
Contribuição sindical	40	27.962
PIS (0,65% Lei 10.833/2003)	-	-
	976.476	3.262.504

18. PROVISÕES COM PESSOAL

	2018	2017
Provisão férias	1.330.631	1.602.235
Salários a pagar	699	307.662
Empréstimo consignado	-	4.814
Pensão a pagar	1.376	-
Outras	6.489	-
	1.339.195	1.914.711

19. PROVISÕES DE DESPESAS

	2018	2017
Provisão despesas seleção de quadra (i)	4.593.632	4.880.963
Provisão despesas seleção praia (ii)	7.471	47.406
Outras	150.249	54.426
	4.751.351	4.982.795

(i) Refere-se a provisão das despesas com premiações devidas aos atletas e comissão técnica referente às competições de Seleções de Vôlei de Quadra realizadas no exercício de 2018.

(ii) Refere-se a provisão das despesas com premiações devidas aos atletas referente as competições de Vôlei de Praia realizadas no exercício de 2018.

20. RESCISÕES A PAGAR

	2018	2017
Circulante		
Rescisões a pagar	696.345	-
	696.345	-
Não Circulante		
Rescisões a pagar	2.785.378	-
	2.785.378	-
Total Rescisões a pagar	3.481.723	-

Refere-se a provisão de verbas rescisórias que foram parceladas com a anuidade do Sindicato da classe, data de 20 de fevereiro de 2018.

21. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2018	2017
Empréstimos bancários		
Empréstimo Banco do Brasil	-	608.588
	-	608.588
Financiamentos		
Cartão Americam Express	-	1.413.243
Bradesco Cartões	-	91.400
	-	1.504.643
	-	2.113.231

Os valores correspondentes a empréstimos bancários foram liquidados durante o exercício de 2018. A taxa aplicada para o empréstimo junto ao Banco do Brasil foi a variação do CDI + 5% a.a. Os demais valores se referiam a renegociação de saldo devedor junto a cartões de crédito.

22. MÚTUO

	2018	2017
Instituto Educação de Voleibol	145.187	130.000
	145.187	130.000

Trata-se de mútuo captado junto ao Instituto de Educação de Voleibol, atualizado de acordo com IGPM acrescido de juros de 1% a.m.

23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade possui processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista, resultantes do curso normal de suas atividades. Com base em aconselhamento legal e nas melhores estimativas da administração, a Entidade revisa a probabilidade de que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar as obrigações.

Passivos contingentes para os quais a probabilidade de perda é considerada possível ou remota não são provisionados, mas são divulgados.

Em 2018, não houve modificações nas provisões classificadas como prováveis.

Probabilidade de perda:	Civil	Trabalhista	Tributária	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017				
Possível	42.179.123	301.000	9.275.460	51.755.583
Provável	58.139			58.139
	42.237.262	301.000	9.275.460	51.813.722
Saldos em 31 de dezembro de 2018				
Possível	79.645.341	250.000	367.764	80.263.105
Provável	58.139			58.139
	79.703.480	250.000	367.764	80.321.244

24. PATRIMÔNIO SOCIAL

No exercício de 2018, foi apropriado respectivamente ao patrimônio social da Confederação Brasileira de Voleibol um superávit de R\$ 5.829.920 (R\$ 15.879.544 déficit em 2017).

25. TRANSFERÊNCIAS E CESSÕES TEMPORÁRIAS

	2018	2017
Transferência Internacional	1.748.754	1.826.625
	1.748.754	1.826.625

Receita obtida referente a taxa administrativa de transferências de atletas nacionais e internacionais e cessões temporárias. Cumpre ressaltar que em caso da transferência nacional a taxa é cobrada diretamente da Federação Estadual solicitante da transferência e no caso da internacional a taxa é devida pelo clube contratante.

26. RECEITA - TAXA DE FRANQUIAS

	2018	2017
Taxa de Franquias	488.788	39.767
	488.788	39.767

27. RENDAS DE JOGOS – BILHETERIA

Nesta rubrica são registradas as receitas de bilheteria das competições realizadas no Brasil durante o exercício de 2018, as quais destacamos:

- Amistosos
- Final Da Superliga Feminina Jogo 1
- Final Da Superliga Feminina Jogo 2
- Supercopa
- 1ª Etapa Liga das Nações Masculina
- 1ª Etapa Liga das Nações Feminina superliga Masculina/Feminina
- Superliga B Masculina/Feminina
- Copa Brasil Masculina/Feminina

28. RECEITA DE PREMIAÇÕES

Refere-se aos valores pagos pelo patrocinador oficial Banco do Brasil S.A..

29. RECEITA DE PATROCÍNIOS

	2018	2017
Patrocínio seleções quadra e praia	57.895.736	41.803.848
Patrocínio jogos/eventos	5.484.335	12.591.116
	63.380.071	54.394.964

A receita de patrocínio está substancialmente representada pelo patrocinador oficial Banco do Brasil S.A.

A CBV renovou seus contratos para o próximo ciclo olímpico (2017-2020).

30. DIREITOS DE TRANSMISSÃO

	2018	2017
Direitos de transmissão	2.059.052	2.570.000
	2.059.052	2.570.000

O montante apresentado no quadro acima refere-se a contrato de cessão de direitos de captação, fixação, exibição e transmissão dos sons e imagens de eventos.

31. RECEITA DE CONVÊNIOS

	2018	2017
Governo Federal	4.015.873	8.077.779
Recursos Lei Agnelo/Piva - COB	7.981.219	4.154.136
	11.997.092	12.231.915

O montante de R\$ 11.997.092 apresentado no exercício de 2018 (R\$ 12.231.915 em 2017) se refere à receita de subvenção governamental. Estes valores foram apropriados à receita quando incorridas as despesas relacionadas nos respectivos projetos.

O valor apresentando da receita de subvenção governamental está relacionado a utilização dos recursos disponibilizados no contrato de patrocínio do Banco do Brasil na forma da lei de incentivo ao Esporte.

32. OUTRAS RECEITAS – RECUPERAÇÃO DE DESPESAS

	2018	2017
Ressarcimento de despesas diversas	794.075	970.997
Recursos Lei Agnelo/Piva – COB	766.554	1.060.632
Rendimentos s/ recuperação de tributos	1.491	-
	1.562.120	2.031.630

Nesta rubrica são registradas receitas resultantes da utilização do Centro de Treinamento para fins de hospedagens e para realização de eventos voltados ou não ao voleibol, assim como quaisquer outros ressarcimentos de despesas reembolsados por terceiros.

Cumprе ressaltar que a promoção de eventos não vinculados ao voleibol, bem como a locação e hospedagem de terceiros nestes eventos não é praticada em caráter habitual, e por conseguinte, tampouco esta atividade da CBV deve ser interpretada como de natureza econômica, a utilização para esse fim se dá no período de ociosidade do Centro por ocasião do período de recesso do treinamento das Seleções.

Todas as receitas auferidas pela Confederação, sejam as provenientes da hospedagem ou de eventos realizados para a própria Confederação e filiados ou afins, vinculados ou não ao Voleibol, são integralmente reinvestidos/destinados para manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais da Confederação.

A Confederação necessita angariar os recursos necessários para atingimento dos objetivos para os quais foi constituída, conforme previsão no seu Estatuto de que a receita oriunda da locação de bens imóveis constitui um dos meios válidos para tanto.

33. CUSTOS COM PESSOAS DE APOIO/ATLETAS E COMISSÃO TÉCNICA

	2018	2017
Arbitragem	(1.660.100)	(1.995.674)
Diretor de Quadra	(228.206)	(329.014)
Diretor de Arbitragem	(21.958)	(45.185)
Boleiros/Placaristas	-	(33.977)
Segurança	(494.859)	(561.622)
Locutor	-	(9.732)
Eletricista	(4.200)	-
Outras pessoas de apoio	(171.927)	(366.990)
Hospedagem	(1.587.884)	(3.535.251)
Alimentação (ii)	(2.220.636)	(2.527.258)
Assistência médica c/atletas	(343.414)	(584.107)
Direito de uso de imagem (iii)	(2.224.516)	(2.049.240)
Comissão técnica (i)	(3.244.604)	(3.291.390)
Vistos/Taxas com Passaportes	(65.207)	(100.309)
Educação e treinamento	(58.484)	(309)
Promotor de eventos	-	(30.900)
Supervisão	-	(13.079)
Professor de educação física	-	(32.225)
Despesas com recepcionistas	-	(12.190)
Conservação e limpeza	(116.077)	(166.800)
Repasse transferências internacionais	-	(634.277)
Delegado Técnico	(3.039)	-
Serviço de tradução	(190)	-
Ajuda de custo atletas	(130.304)	-
Assistência farmacêutica	(79.641)	-
	(12.655.247)	(16.319.529)

Referem-se aos gastos vinculados diretamente ao desenvolvimento dos produtos da CBV, os mesmos são apropriados ao resultado de acordo com o regime de competência, abaixo destacamos algumas rubricas:

(i) **Comissão Técnica** – nesta rubrica são registrados os valores pagos a título de remuneração pelo serviço prestado dos membros das comissões técnicas das Seleções Quadra e Praia.

(ii) **Alimentação** – nesta rubrica são registrados todos os gastos com alimentação de atletas e membros de comissão técnicas nos eventos nacionais e internacionais de competições de Vôlei de Quadra e Praia.

(iii) **Direito de uso e Imagem** – nesta rubrica são registrados todos os gastos com contratos de direito de uso e exploração comercial de imagem, voz e apelido desportivo, de forma coletiva, nos mais variados tipos de mídias, referentes a atletas de Vôlei de Praia ou Quadra e membros de comissão técnica.

34. TRANSPORTES

	2018	2017
Transporte aéreo nacional – pessoas	(3.816.922)	(5.776.574)
Transporte aéreo internacional- pessoas	(6.233.101)	(5.185.413)
Transporte terrestre- pessoas	(942.133)	(1.108.425)
Transporte terrestre de materiais	(12.568)	(42.021)
Transporte aéreo de materiais	(385.412)	(375.315)
	(11.390.136)	(12.487.748)

Nesta rubrica são registrados o custo com transporte de pessoas e materiais referente as competições realizadas em território nacional e internacional.

35. DESPESAS COM PREMIAÇÃO A ATLETAS

As despesas com premiações incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são:

	2018	2017
Vôlei de Praia		
Circuito Banco do Brasil de Vôlei de Praia		(4.089.222)
Jogos Olímpicos		(333.182)
Open	(3.971.680)	-
Sul Americano	(151.960)	(100.000)
Mundial	(1.284.000)	(327.500)
Challenger	(483.792)	(535.333)
CBVP - Nacional		(350.445)
	(5.891.432)	(5.735.682)
Vôlei Indoor		
Jogos Olímpicos		(3.163.223)
Liga Mundial		(1.792.748)
World Grand Prix		(1.900.440)
World Grand Champion		(1.187.775)
Campeonato Sul Americano		-
Sul Americano	(149.546)	(331.366)
Liga das Nações	(1.976.900)	
Campeonato Mundial	(2.687.348)	
Outros	(138.234)	(186.507)
	(4.952.028)	(8.562.059)
	(10.843.460)	(14.297.741)

Os valores de R\$ 10.843.460 (R\$ 14.297.741 em 2017) referem-se às premiações por classificação, conquistas de campeonatos e de torneios esportivos organizados pela

Confederação Brasileira de Voleibol - CBV e por outras instituições nacionais ou internacionais devidos aos atletas e membros das comissões técnicas, estes valores são apropriados ao resultado do exercício de acordo com o princípio de competência.

36. LOCAÇÃO

Nesta rubrica são registradas todas as despesas com locação de bens móveis necessários para realização dos eventos de vôlei de quadra e praia organizados pela CBV.

	2018	2017
Locação de arena	(3.067.000)	(2.806.711)
Locação de equipamentos	(699.517)	(781.806)
Locação de quadra	-	(13.200)
Locação de móveis	(63.111)	(174.563)
Locação de banheiro	(124.442)	(211.973)
Locação de salão	(5.792)	(500)
	(3.959.862)	(3.988.753)

37. CUSTOS COM FEDERAÇÕES / DESPESAS COM FEDERAÇÕES

	2018	2017
Operacional		
Apoio operacional	(1.358.646)	(1.648.874)
Repasse de comissão s/ renda de jogos	(219.861)	-
	(1.578.508)	(1.648.874)
Administrativa		
Contribuições	(1.276.804)	(1.592.000)
Ajuda de custo	(19.983)	(62.283)
	(1.296.787)	(1.654.283)
	(2.875.295)	(3.303.157)

As Entidades filiadas à Confederação Brasileira de Voleibol são de suma importância para ajudar a CBV a atingir sua missão de "liderar o processo de desenvolvimento e disseminação do voleibol brasileiro junto às entidades filiadas em todo território nacional e representar a modalidade com excelência em eventos internacionais".

A CBV entende que é através da sua parceria com as entidades filiadas que é possível: aumentar o número de atletas e de praticantes do voleibol; consolidar o vôlei de praia; apoiar e incentivar a criação e realização de competições regionalizadas; desenvolver e formar

profissionais e gestores esportivos do voleibol, entre outros objetivos estratégicos.

Portanto, para alavancar o atingimento da sua missão, no exercício a Confederação destinou o montante de R\$ 2.875.295 (R\$ 3.303.157 em 2017) referente a apoio operacional para realização de competições e gestão.

38. **DESPESAS OPERACIONAIS – OUTROS CUSTOS**

	2018	2017
Vídeo/som/imagem/comunicação	(1.673.432)	(1.928.382)
Impressos	(143.773)	(60.385)
Equipamentos e materiais esportivos	(269.169)	(624.933)
Entretenimento e diversos	(302.570)	(324.408)
Montagens e desmontagem	(460.420)	(2.285.722)
Quadra/área de jogo	(157.807)	(367.542)
Estatística	(46.191)	(114.181)
Uniformes esportivos	(136.512)	(156.905)
Seguros	(72.570)	(103.945)
Outros custos com produtos (i)	(3.593.348)	(6.211.504)
	(6.855.792)	(12.177.908)

O montante de R\$ 6.855.792 (R\$ 12.177.908 em 2017) refere-se as despesas operacionais para realização dos eventos. Ao longo desse exercício diversos eventos aproximaram as seleções masculina e feminina do Brasil dos torcedores de diversas partes do País.

(i) Na rubrica outros custos com produtos são registrados as seguintes despesas:

	2018	2017
Água/gelo	(85.714)	(126.542)
Taxas Gerais (i)	(1.863.959)	(3.250.327)
Correio	(170)	(6.483)
Fotocópias	(96)	(300)
Material de escritório	(4.328)	(3.982)
Material de informática	(38.508)	(83.947)
Material elétrico e hidráulico	(10.283)	(19.656)
Manutenção de informática/hardware	(7.430)	-
Decoração de ginásio/arena	(127.203)	(134.413)
Ajuda de custo para clubes Superliga	(1.371.000)	(2.581.429)
Custos não especificados	(84.658)	(4.425)
	(3.593.348)	(6.211.504)

(i) Nesta rubrica são registradas despesas com taxas referentes as inscrições e sedimentos de eventos internacionais, nos quais destacamos:

- Liga das Nações
- Campeonato Mundial

Assim como taxa de franquia referente a manutenção de dez núcleos Vivavôlei, que tem por finalidade a promoção de assistência social, inclusão social, educação e socialização de crianças e adolescentes, promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais e a promoção de atividades destinadas à implementação, a pratica, ao ensino, ao estudo, à pesquisa e ao desenvolvimento do esporte e da cultura.

39. DESPESAS COM PESSOAL

	2018	2017
Salários	(7.218.162)	(8.576.636)
Gratificações	(905.115)	(743.600)
Férias	(908.190)	(1.230.777)
Prolabore – Dirigentes Estatutário	(689.786)	(845.753)
13º Salário	(722.034)	(894.944)
Diárias	(1.971)	(122.754)
Horas extras	(151.477)	(192.217)
Aviso prévio	(148.550)	(451.311)
Estagiários	(12.640)	(26.311)
Indenizações trabalhistas	(3.601.723)	(2.107)
Ajuda de custos	(13.413)	(10.386)
Adicional noturno	(13.116)	(17.028)
	(14.386.177)	(13.113.824)

A CBV remunera seus dirigentes estatutários conforme previsto no artigo 18 da Lei 2.868/2013.

40. ENCARGOS SOCIAIS

	2018	2017
INSS	(2.371.905)	(3.055.307)
FGTS	(928.461)	(1.496.725)
PIS	(103.261)	(120.129)
Contribuição Sindical Patronal	(357)	(2.637)
	(3.403.983)	(4.674.798)

41. DESPESAS COM SERVIÇOS CONTRATADOS

	2018	2017
Serviços de informática	(828.353)	(790.921)
Assessoria jurídica	(521.748)	(498.307)
Assessoria sistema de gestão	-	(5.000)
Assessoria de informática	(161.701)	(245.704)
Assessoria de projetos	37.301	(336.135)
Serviços de locação de mão de obra	(153.979)	(238.210)
Serviços de provedor	(169.567)	(225.725)
Gestão do negócio	(239.040)	(214.167)
Administração de bilheteria	(194.350)	(234.146)
Assessoria administrativa	-	-
Serviços de auditoria	(93.297)	(189.718)
Serviços de guarda material	(22.245)	(26.900)
Assessoria contábil	(33.411)	(47.792)
Serviço de tradução	(1.146)	(13.763)
Serviço de administração cartão de crédito	(3.400)	(3.300)
Assessoria de administração de pessoal	-	(100)
Supervisão	-	(40.000)
	(2.384.937)	(3.109.890)

O montante de R\$ 2.384.936 (R\$ 3.109.890 em 2017) representa a contratação de serviços necessários para a manutenção do modelo de gestão da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) que tem como objetivo tornar seus processos administrativos mais transparentes e ao mesmo tempo mais eficazes.

42. DESPESAS DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

	2018	2017
Aluguel/leasing de equipamentos	(36.009)	(32.392)
Condomínio	(3.293)	(2.318)
Energia Elétrica (I)	(394.636)	(476.999)
Telefone	(189.136)	(182.605)
Hospedagem (I)	(75.481)	(150.032)
Correio	(27.165)	(27.267)
Fotocopias	-	(1)
Material de informática	(9.779)	(83.705)
Material de escritório	(16.004)	(15.578)
Seguros	(63.218)	(78.170)
Assinatura TV	(30.307)	(32.205)
Impostos e taxas	(173.559)	(117.442)
Ofícios e cartórios	(19.124)	(23.584)
Veículo/combustível	(44.066)	(60.146)
Material de copa e limpeza	(124.280)	(93.510)
Refeições e lanches	(70.799)	(159.582)
Assinatura jornais	(317)	(6.261)
Taxa de Manutenção Títulos	(3.388)	(484)
Impressos	(29.291)	(58.714)
Taxa de filiação (FIVB/CSV)	(1.685)	(1.565)
Transporte terrestre/ma	(10.873)	(14.315)
Transporte aéreo intern	(19.442)	(140.911)
Transporte aéreo nacional/pessoas	(339.795)	(373.082)
Transporte terrestre de	(128.0003)	(74.431)
Transporte aéreo/material	(2.102)	-
Simpósios/seminários/pal	(7.809)	-
Lavanderia e material de	(151.026)	(168.746)
Fotos, filmes e filmagens	-	(76.245)
Água	(231.838)	(283.678)
Gás	(35.825)	(49.141)
Aluguel de imóveis	(492.000)	(682.638)
Aparelhos de telefonia m	-	(8.161)
Outras desp. Loc. E fun.	(20.713)	(80.802)
	(2.750.965)	(3.554.709)

43. DESPESAS COM PROPAGANDA E PUBLICIDADE

	2018	2017
Brindes	(116.282)	(223.131)
Camisas de torcidas	(716.330)	(661.369)
Divulgações (i)	(2.494.773)	(2.146.761)
Veiculação mídia	-	(8.300)
Criação	(102.430)	(93.800)
	(3.429.816)	(3.133.361)

- (i) O montante de R\$ 2.494.773 (R\$2.494.773 em 2017), representam basicamente disponibilização de placas em atendimento ao contrato do Banco do Brasil nos eventos Liga das Nações e Circuito Mundial no exterior.

44. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Benefícios sociais	(2.782.286)	(2.870.037)
Impostos, taxas e contribuições	(602.448)	(844.892)
Despesas com manutenção	(458.729)	(624.790)
Despesas com marketing e produção	(1.111.179)	(514.650)
Depreciações e amortizações	(653.169)	(827.537)
Despesa com comunicação	(110.659)	(189.475)
Despesas federações internacionais	(113.802)	(1.499.445)
Despesa com vendas	(13.006)	(13.380)
Provisão – PCLD	67.704	(215.337)
Outras despesas com pessoal	(3.282)	(108.473)
Perda de títulos incobráveis	-	(1.748.210)
Outras despesas (perda no recebimento de títulos e subvenção governamental)	(214.534)	(46.137)
	(5.995.390)	(9.502.363)

45. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2018	2017
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	105.6501	189.930
Descontos obtidos	3.282	242.870
Variações cambiais ativas (a)	24.251	310.339
Juros obtidos	1.355	-
	127.974	743.139
Despesas financeiras		
Variação cambial passiva (a)	(249.710)	(151.317)
Despesas bancárias	(181.202)	(225.721)
Juros e IOF	(230.811)	(1.328.662)
Descontos concedidos	(4.369)	(8.483)
Perda na antecipação de títulos	(164.667)	(164.667)
	(666.093)	(1.878.850)
(DESPESA) RECEITA FINANCEIRA LÍQUIDO	(538.119)	(1.135.711)

(a) As variações cambiais ativas e/ou passivas se referem a transações com a Federação Internacional de Vôlei quando do sedimento de campeonatos internacionais realizados no Brasil (variação ativa) e/ou despesa com taxa de inscrição em campeonatos internacionais realizados no exterior.

46. SEGUROS

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

47. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros, cuja administração é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O principal controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

A Entidade não efetuou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos no transcorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

O quadro abaixo apresenta a composição, por categoria, dos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Mensuração	Valor Contábil	
		2018	2017
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Valor Justo	2.200.888	922.313
Recursos de convênios	Valor Justo	2.468.326	848.108
Empréstimos e recebíveis			
Contas a receber	Custo amortizado	19.649.750	15.877.765
Federações nacionais	Custo amortizado	619.981	95.726
Federações internacionais	Custo amortizado	304.188	2.196
Clubes nacionais	Custo amortizado	10.750	39.000
Total de ativos financeiros		25.253.883	17.785.108
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado			
Convênios	Custo amortizado	2.100.956	1.107.988
Fornecedores	Custo amortizado	3.967.547	4.080.998
Provisões com pessoal	Custo amortizado	2.035.540	1.914.711
Provisões de despesas	Custo amortizado	4.751.351	4.982.795
Contas a pagar	Custo amortizado	3.093.504	939.553
Total de passivos financeiros		15.948.898	13.026.045

Os saldos contábeis apresentados para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado são aproximações razoáveis ao valor justo na data das demonstrações contábeis.

Estrutura de gerenciamento de risco

As operações contábeis da Entidade estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de Mercado;
Risco de liquidez;
Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos acima, os objetivos da Entidade, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Entidade de estrutura de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Entidade está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Entidade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

A Entidade possui exposição a um único risco de mercado, sendo este o risco de juros.

O Risco de taxa de juros decorre da possibilidade da Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Entidade era:

	Nota	Valor contábil	
		2018	2017
Instrumentos de taxa variável - CDI			
Aplicações Contábeis	5	2.017.105	872.595
		2.017.105	872.595

As operações com exposição ao CDI são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Administração entende que as análises de sensibilidade para os instrumentos financeiros sujeitos a risco de juros não são representativas do risco inerente de instrumentos financeiros.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

48. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Entidade possui contrato de arrendamento operacional para sua sede administrativa. Este arrendamento tem vida útil 3 anos e 8 meses que são renováveis ao término do período de arrendamento às taxas de mercado. A maioria dos contratos são canceláveis mediante a notificação antecipada de 180 dias. Os compromissos futuros, oriundos destes contratos, estão assim distribuídos:

	2018	Encargos de Ajuste a Valor Presente	Adoção Inicial CPC 06 (R2) IFRS 16
Até um ano	492.000		
De dois anos até cinco anos	1.312.000		
Total	1.804.000	166.140	1.637.860



WALTER PITOMBO LARANJEIRAS
Presidente
CPF 003.589.324-91



LUCIANA DE OLIVEIRA DA SILVA
Contadora
CRC RJ – 096121/O